

Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90*

José Alberto Magno de Carvalho**

Charles H. Wood***

Flávia Cristina Drumond Andrade****

A validade do uso da categoria de cor depende claramente de sua estabilidade ao longo do tempo. Parece claro que ainda não há uma perfeita estabilidade na classificação de cor ao longo dos anos na população brasileira. O artigo apresenta uma metodologia inovadora para analisar a transferência entre as categorias de cor entre os censos. O método aqui proposto é uma extensão do método apresentado por Wood e Carvalho (1994) e incorpora a existência de saldos migratórios internacionais na análise. Os dados relativos à década de 80 foram utilizados para testar a validade do método, dado que a emigração internacional durante esta década não foi desprezível. A metodologia proposta permite analisar separadamente os efeitos da migração internacional e da migração entre cores no Brasil. Os resultados referentes à década de 80 confirmam aqueles apontados por Wood e Carvalho e mostram que no Brasil se tem verificado um processo de crescimento da população que se autodeclara parda muito acima de seu crescimento vegetativo. Entretanto, é importante destacar que parece estar havendo um movimento no sentido de menores perdas líquidas de pretos e brancos. Ficou claramente demonstrada a relevância de se incorporar os saldos migratórios quando a população não pode ser considerada fechada.

Palavras-chave: Transferências; Cor; Censo; Brasil.

A sua cor ou raça é morena, mulata, cafuza, mameluca, branca, preta, amarela, indígena, escura, clara? Definir a cor ou raça do brasileiro não é tarefa simples. A miscigenação, traço marcante de nossa sociedade, gerou uma imensa gama de cores que não se adapta perfeitamente a nenhum esquema de categorias de cor. De fato, quando entrevistados em 1998, cerca de 90 mil brasileiros reportaram, respondendo a pergunta aberta, mais de 130 categorias de cor (Schwartzman, 1999;

Petruccelli, 2000). Este resultado advém do fato de que, no Brasil, raça e cor são conceitos mais associados à aparência do indivíduo e sua inserção na sociedade (Skidmore, 1972 e 1992; Penha-Lopez, 1996) do que à sua "carga hereditária". Entretanto, isso não quer dizer que a sociedade brasileira não seja consciente das diferenças de cor e raça no país (Skidmore, 1992), ou muito menos que não haja moderada segregação residencial (Telles, 1992), ou discriminação de pretos ou pardos no

* Os autores agradecem as críticas e sugestões dos professores Fausto Brito e Simone Wajnman, do Cedeplar/UFMG.

** Professor do Departamento de Demografia e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG.

*** Professor da University of Florida e diretor do Center for Latin American Studies.

**** Doutoranda na University of Wisconsin, Madison.

mercado de trabalho (Skidmore, 1992), ou na mão de policiais (Mitchell e Wood, 1999).

Nos censos demográficos brasileiros, a informação acerca da cor é obtida a partir da autodefinição do indivíduo ou de informações prestadas por terceiros¹, e suas respostas são classificadas em torno de categorias de cor preestabelecidas. De 1940 a 1980², os indivíduos foram classificados em quatro categorias de raça ou cor: branca, preta, parda e outra. A partir do Censo de 1991, indígenas e amarelos passaram a contar com categorias próprias. Este esquema de raça/cor adotado pelo IBGE é freqüentemente alvo de crítica (Mitchell e Wood, 1999), mas, dada a diversidade de cores e raças reportadas pelos brasileiros, nenhuma classificação será isenta de problemas. De fato, em qualquer esquema, a informação sobre cor encontrar-se-á sujeita aos problemas decorrentes da subjetividade na classificação da cor, visto que esta envolve o posicionamento social dos indivíduos e a percepção de cor que um membro do domicílio tem acerca dos demais. Assim, fatos como a mobilidade social ou mudanças na percepção de cor que o declarante tem em relação à cor dos demais membros da família ou do domicílio podem alterar a alocação entre as categorias de cor e, portanto, trazem à tona a questão da migração entre cores.

Wood e Carvalho (1994) foram os primeiros a estudar esta migração entre cores nos censos brasileiros. Segundo eles, pretos tenderam a se mover, entre 1950 e 1980, para categorias mais claras de cor, mais especificamente para a categoria parda. Estes autores argumentam que tal movimento se deveu, provavelmente, à ascensão social. Em 1964, Marvin Harris, segundo Telles e Lim (1998), já argumentava que indivíduos com melhores condições socioeconômicas tendiam a reportar sua cor mais próxima à branca. Por outro lado, Wood e Carvalho encontraram que, em termos líquidos, também os brancos se

moveram, entre 1950 e 1980, para fora da categoria, provavelmente para a categoria parda, fato que poderia ser resultante do declínio do estigma de ser pardo.

Telles e Lim (1998) avaliam se a desigualdade social estimada de brancos, pardos e pretos é afetada dependendo de quem preenche a classificação por cor. Mais especificamente, eles avaliam se entrevistadores e entrevistados reportam a cor de modo diferente e se essa diferença afeta a análise da desigualdade no Brasil. Utilizando como fonte de dados a pesquisa "300 anos de Zumbi: os brasileiros e o preconceito da cor", realizada pelo Datafolha Instituto de Pesquisa durante o mês de abril de 1995, os autores mostram que entrevistadores tendem a classificar em categorias mais escuras aqueles que possuem menor renda e educação. Por outro lado, entrevistadores classificaram vários indivíduos que se autodefiniram pardos como brancos. É interessante notar que a maioria destes indivíduos tinha uma renda mais próxima daquela informada por indivíduos consistentemente brancos. Indivíduos foram considerados consistentemente pertencentes a uma cor quando ambos, entrevistador e entrevistado, reportaram a mesma raça/cor. Ademais, entrevistadores classificaram um número similar de brancos como pardos e estes tendiam a ter renda mais próxima daquela reportada por aqueles consistentemente pardos. Finalmente, entrevistadores tenderam a classificar como pardos os pretos com maior nível educacional e de renda, e como pretos, pardos com menor educação e renda.

Telles (2002) mostra que entrevistadores e entrevistados concordam em 79% dos casos e que, nas situações em que houve discordância, brancos e pretos tendem a se mover para a categoria parda. São raros os casos de reclassificação de brancos como pretos e vice-versa. Telles também apresenta evidências de que

¹ Schwartzman (1999) e Telles e Lim (1998) alertam ainda para o fato de que entrevistadores podem exercer influência nas respostas, ou mesmo classificar os entrevistados eles próprios. Entretanto, a menos que o "efeito entrevistador" mude ao longo do tempo, não há razão para se preocupar com esta forma de viés na análise da mobilidade por cor.

²No questionário do Censo de 1970 não houve quesito sobre cor.

aqueles mais claros tendem a ser consistentemente classificados por entrevistadores e entrevistados, enquanto pardos e pretos apresentam maior ambigüidade em sua classificação.

Em 1998 o IBGE incluiu na Pesquisa Mensal de Emprego questões que visaram avaliar como os brasileiros se autoclassificam em termos de cor, quando questionados em pergunta aberta e fechada. Mais de 130 termos foram utilizados por entrevistados para definir sua cor na pergunta aberta. Schwartzman (1999), utilizando estes dados, mostra que pardos e indígenas, e em menor proporção brancos, pretos e amarelos, utilizaram freqüentemente a palavra “morena” e suas variações para designar sua cor na pergunta aberta. Petrucelli (2000) explora os mesmos dados e mostra que existem importantes variações regionais no que diz respeito ao uso da palavra “morena”. Destaca que a classificação por cor segue um interessante padrão – a proporção de brancos aumenta consistentemente com a idade, ao passo que os termos “morena” (e suas variações) e parda são mais prevalentes entre os indivíduos mais jovens³. A pesquisa também procurou avaliar se a utilização da origem seria mais adequada que a cor no Brasil⁴. 86% das pessoas responderam que sua origem era brasileira; seguida por italiana e portuguesa, 10,5% cada uma; negra e africana, 7,1% juntas; e indígena, 6,6% (Schwartzman, 1999). Parece claro que os dados de origem não ajudam a elucidar o padrão racial encontrado no Brasil. Por outro lado, quando contrastadas as questões abertas e fechadas relativas à classificação de cor, fica clara a elevada consistência (acima de 80%) encontrada nas categorias branca e amarela (Petrucelli, 2000). Entre aqueles que reportaram cor preta na pergunta precodificada, 44% haviam reportado a cor preta e outros 31%, a cor negra na resposta aberta (Petrucelli, 2000).

Parece patente que nenhum esquema de classificação por cor no Brasil será inteiramente satisfatório – apesar de haver certa evidência a respeito da consistência no uso das categorias de cor adotadas nos censos e inquéritos brasileiros. Por outro lado, cabe perguntar se a autodefinição por parte dos indivíduos entrevistados é mais adequada do que a classificação fornecida pelos entrevistadores. Para Telles (2002), entrevistadores tendem a classificar em categorias mais claras de cor aqueles com maiores níveis educacionais e de renda, isto porque a sociedade os vê como brancos ou menos escuros. Por outro lado, o mesmo autor indica que entrevistados com melhores condições socioeconômicas tendem a se reportar em categorias de cor mais escuras⁵. Este resultado é claramente contrário ao que geralmente se acredita no Brasil, ou seja, que o enriquecimento embranquece as pessoas.

Fica portanto claro que raça ou cor e estratificação social no Brasil encontram-se estreitamente vinculados, e é em parte por isso que se especula que mudanças no *status* socioeconômico podem afetar a classificação de cor no país. De fato, pardos e pretos no Brasil são desproporcionalmente representados entre os mais pobres e menos educados. De acordo com Henriques (2001), pardos e pretos representavam, em 1999, 45% da população brasileira, 64% dos pobres e 69% dos indigentes. Quanto à escolaridade, adultos pardos e pretos tinham, em média, 6,1 anos de estudo, enquanto brancos tinham 8,4 anos. Entre indivíduos com idade superior a 15 anos, 19,8% dos pardos e pretos eram analfabetos, mais que o dobro observado entre os brancos – 8,3% (Henriques, 2001). Pardos e pretos ocupavam mais postos no setor informal e ganhavam salários mais baixos que os brancos, mesmo controlando por educação e ocupação (Barros, Henriques e Mendonça, 2000; Henriques,

³ Isto não deve causar surpresa, pois os filhos de pais de cores diferentes devem ser classificados, normalmente, como pardos, o que levaria a uma estrutura etária mais jovem dos pardos.

⁴ O mesmo respondente podia indicar mais de uma origem.

⁵ Parece ser este um fenômeno bastante recente na sociedade brasileira, provavelmente relacionado à revalorização da cultura afro-brasileira. Certamente, os dados do Censo de 2000 possibilitarão aprofundar esta questão.

2001). Além de se encontrarem na base da pirâmide social, pardos e pretos possuem menos chance de ter ascensão social no Brasil (Hasenbalg, 1985).

Como teriam se comportado os brasileiros entre os Censos de 1980 e 1991? Teria a "década perdida" proporcionado um escurecimento ou um embranquecimento da população brasileira? Ou teriam as campanhas do movimento negro convencido brasileiros a se declarar pretos? Schwartzman (1999), por exemplo, mostra que pardos que se identificaram como africanos nas Pesquisas Mensais de Emprego de 1998 tinham renda média superior à dos que se consideraram como de origem brasileira. Ele conclui que a identificação africana pode estar associada a uma melhor posição social, e talvez educacional, desse grupo.

O presente artigo busca atualizar os resultados obtidos por Wood e Carvalho (1994), destacando as possíveis mudanças entre as categorias de cor dos censos. Além disso, dado o fato de que a emigração internacional durante a década de 80 não foi desprezível, buscar-se-á contemplar seus efeitos na análise da migração entre cores no Brasil.

Metodologia

Foram utilizados os Censos Demográficos brasileiros de 1980 e 1991, os quais apresentam informações sobre a composição racial da população no Brasil. No Censo Demográfico de 1980 foram dadas como alternativas as seguintes respostas: branca, preta, amarela e parda, sendo que esta última categoria incluía a população mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza etc. O Censo Demográfico de 1991 manteve as categorias branca, preta e amarela, mas inovou ao separar a população indígena da população parda. Neste trabalho, considerou-se a população indígena como pertencente à categoria parda, para efeitos de comparação.

Para a obtenção dos saldos e taxas de reclassificação foi utilizada uma metodologia baseada no método descrito em Wood e Carvalho (1994). Este método segue a lógica utilizada para se estimar os saldos

migratórios de uma população de determinada área. A técnica é baseada na projeção da população do período inicial para o período final, supondo-se que a população se faz fechada durante o período. Em princípio, para se realizar a projeção seriam utilizadas as relações de sobrevivência obtidas a partir das tabelas de vida correspondentes à mortalidade do período. Os resultados seriam então comparados com os da população observada ao final do período. No entanto, como discutido pelos autores, este método seria apropriado apenas quando ambos os censos não apresentassem problemas de erros na declaração de idade e de cobertura censitária, pré-requisitos não atendidos pelos censos brasileiros. Assim, para obter estimativas mais confiáveis, utilizou-se a Razão Intercensitária de Sobrevivência (RIS) do país, ajustada ao nível da mortalidade de cada categoria de cor, dado o pressuposto de que a população do Brasil permanecera fechada no período 1950/1980. O ajuste proposto foi feito a partir do quociente, por sexo e grupo etário, entre a relação de sobrevivência da tabela de vida do grupo de cor j e a relação de sobrevivência da tabela de vida de todo o país. O ajuste é determinado, em cada grupo etário, pela proporção em que o nível de sobrevivência das pessoas de determinada categoria de cor excede ou é inferior ao da população, do mesmo sexo e grupo de idade, do país como um todo. Assim, foram obtidas estimativas de RIS específicas por sexo, cor e grupo de idade. As RIS ajustadas foram estimadas da seguinte maneira:

(1)

$${}_{30}\overline{\text{RIS}}_{x,j} = \text{RIS}_x \cdot \frac{1}{2} \left[\frac{\frac{nL_{x+30,j,50/60}}{nL_{x,j,50/60}} + \frac{nL_{x+30,j,70/80}}{nL_{x,j,70/80}}}{\frac{nL_{x+30,BR,50/60}}{nL_{x,BR,50/60}} + \frac{nL_{x+30,BR,70/80}}{nL_{x,BR,70/80}}} \right]$$

onde, para cada sexo:

${}_{30}\overline{\text{RIS}}_{x,j}$ é a razão intercensitária de sobrevivência estimada, usada para projetar o grupo etário x , cor j , de 1950 a 1980;

${}_{30}\text{RIS}_x$ é a razão intercensitária de sobrevivência observada do grupo etário x , para o país inteiro, entre 1950 e 1980;

${}_nL_{x+30,j} : {}_nL_{x,j}$ é a relação de sobrevivência do grupo de cor j , baseada em tabelas de sobrevivência específicas por cor;

${}_nL_{x+30,BR} : {}_nL_{x,BR}$ é a relação de sobrevivência das tabelas de sobrevivência do Brasil como um todo.

Para a realização do presente trabalho fez-se, inicialmente, um ajuste da população, por sexo, cor e grupo etário, para o ano de 1990, por meio da taxa geométrica média anual de crescimento de cada segmento entre 1980 e 1991.

Para se estimar os “saldos” por grupo de cor entre 1980 e 1990 não é aconselhável usar as RIS do Brasil referentes ao período, por não ser realista o pressuposto de população fechada do país. Segundo Carvalho (1996), o Brasil teria perdido na década de 80, em termos líquidos, entre 1 e 2,5 milhões de pessoas com dez ou mais anos de idade. Dessa forma, houve a necessidade de se estimar as RIS da população fechada do país mediante outro procedimento. Carvalho e Rigotti (1999) sugerem que a RIS estimada de 1980/90 para cada subgrupo poderia ser obtida a partir da RIS observada do Brasil entre 1970 e 1980, período em que não houve saldos migratórios internacionais significativos. A correção proposta ajusta o nível de mortalidade implícito nas RIS dos anos 70, ao levar em conta a variação do nível de sobrevivência do Brasil entre os anos 70 e 80, assim como o diferencial do nível de sobrevivência, nos anos 80, entre a população j , em análise, e o Brasil como um todo. Esquemáticamente, para cada sexo:

(2)

$${}_5\overline{RIS}_{x,j,80/90} = {}_5RIS_{x,BR,70/80} \cdot \frac{{}_5L_{x+10,BR,80/90}}{{}_5L_{x,BR,80/90}} \cdot \frac{{}_5L_{x+10,j,80/90}}{{}_5L_{x,j,80/90}}$$

onde:

${}_5\overline{RIS}_{x,j}$ é a razão intercensitária de sobrevivência estimada para projetar o grupo etário x , cor j , de 1980 a 1990;

${}_5RIS_{x,BR}$ é a razão intercensitária de sobrevivência observada do Brasil, entre 1970 e 1980;

${}_nL_{x+10,j} : {}_nL_{x,j}$ é a relação de sobrevivência do grupo de cor j , baseada nas tabelas de sobrevivência específicas por cor;

${}_nL_{x+10,BR} : {}_nL_{x,BR}$ é a relação de sobrevivência das tabelas de sobrevivência para toda a população brasileira⁶.

Simplificando:

(3)

$${}_5\overline{RIS}_{x,j,80/90} = {}_5RIS_{x,BR,70/80} \cdot \frac{{}_5L_{x+10,j,80/90}}{{}_5L_{x,BR,70/80}} \cdot \frac{{}_5L_{x,j,80/90}}{{}_5L_{x+10,BR,70/80}}$$

Como destacado por Rigotti (1999), esta correção da RIS tem como pressuposto que o padrão de variação dos erros causados por má declaração de idade e deficiências na cobertura entre os Censos de 1970 e 1980 tenha se repetido no decênio seguinte.

Resultados

A Tabela 1 apresenta a população “observada” em 1990, a população esperada fechada em 1990, o “saldo migratório”, bem como a “taxa líquida migratória”. O “saldo migratório”, se negativo, corresponde à perda líquida de um determinado grupo de cor, devida às migrações internacionais e à reclassificação de cor. Se positivo, corresponde ao ganho líquido devido a esses dois componentes. A “taxa líquida migratória” refere-se à estimativa, em relação à população esperada (fechada) no

⁶ As tabelas de sobrevivência usadas foram:

1) para o Brasil, como um todo: a) 1970/1980 – Carvalho e Pinheiro (1986). Geradas, por transformação logit, tomando como padrão as Tábuas-Modelo de Sobrevivência para o Brasil (IBGE, 1981) e para ajuste de nível as estimativas de I_2 , I_3 e I_5 , obtidas através de técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass; b) 1980/1990 – Cedeplar (1999). Tabelas geradas, no projeto PRONEX, a partir das informações sobre óbitos ocorridos (SIM/SUS) e estimativas de mortalidade infanto-juvenil (técnica de Brass); 2) para os grupos de cor, 1980/1990. Geradas, por transformação logit, tomando como padrão a tabela do Brasil como um todo (Cedeplar, 1999) e, para ajuste de nível, a estimativa de I_5 obtida, através da técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, a partir da informação do Censo de 1991 sobre a proporção dos filhos sobreviventes das mulheres de 30 a 34 anos, em cada grupo de cor.

final do período (1990), do percentual perdido, se negativa, ou ganho, se positiva, pelo grupo através da reclassificação de cor e/ou da migração internacional. No caso da população total, sem desagregação por cor, trata-se, em princípio, da resultante dos saldos migratórios internacionais. Portanto, no decênio o país teria perdido, via migrações internacionais, 1.527 mil homens e 827 mil mulheres, que estariam em 1990 com dez ou mais anos de idade.

Os dados mostram a existência de *déficit* nas populações branca, preta e amarela, de ambos os sexos, ao passo que a população parda teve *superávit*. Como se trata de saldos, entre os enumerados em 1980 e sobreviventes em 1990, pelo menos 2,3 milhões de homens brancos e 1,2 milhão de mulheres brancas teriam se reclassificado como pardos(as)⁷ e/ou emigrado do país. Na população preta teria havido uma perda de 267 mil homens e 362 mil mulhe-

res, enquanto a população amarela teria experimentado redução de 58 mil homens e de aproximadamente 45 mil mulheres. A única categoria que teria ampliado sua população, por meio de transferências entre categorias de cor e/ou migração internacional, seria a parda, com um incremento de 1,1 milhão de homens e 737 mil mulheres.

Supondo-se que o Brasil não tenha recebido imigrantes internacionais entre 1980 e 1990 e que, conseqüentemente, os saldos migratórios internacionais negativos do país indicam um total de 1.527 mil homens e 827 mil mulheres emigrantes internacionais, e aceitando-se as estimativas de ganho ou perda líquida ("saldo migratório") de cada categoria de cor (Tabela 1), procura-se estimar qual seria a transferência líquida de cor. A Tabela 2 apresenta, dentro de cada categoria, qual seria esta transferência caso toda a emigração internacional do decênio tivesse se dado apenas numa categoria racial.

TABELA 1
Brasil: "Saldo migratório" da população com 10 ou mais anos de idade em 1990, segundo categoria de cor, por sexo – 1980/1990 (em milhares)

Cor/Sexo	População com 10 ou mais anos de idade			
	População fechada 1990 (1)	População "observada" 1990 (2)	"Saldo migratório"* 1980/1990 (2) – (1) (3)	Taxa líquida "migratória" (%) 1980/1990 (3) / (1) (4)
Homens				
Branca	30.062	27.743	-2.319	-7,7
Preta	3.254	2.987	-267	-8,2
Parda**	21.693	22.810	1.118	5,2
Amarela	330	272	-58	-17,7
Brasil (população total)	55.339	53.813	-1.527	-2,8
Mulheres				
Branca	31.460	30.303	-1.157	-3,7
Preta	3.264	2.902	-362	-11,1
Parda**	21.805	22.542	737	3,4
Amarela	315	270	-45	-14,2
Brasil (população total)	56.844	56.017	-827	-1,5

Fonte: dados básicos: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

* Refere-se à reclassificação entre categorias de cor e/ou à migração internacional.

** Incluída a população indígena.

⁷ Supondo-se que os brancos se reclassificariam como pardos e não como pretos ou amarelos.

TABELA 2
Brasil: Cenário de transferências líquidas de cor*, entre 1980 e 1990,
correspondentes ao valor máximo possível de emigrantes internacionais, por categoria de cor e sexo (em milhares)**

Cor/Sexo	Cenário 1		
	Ganho líquido***	Máximo possível de emigrantes internacionais****	Conseqüente transferência líquida de cor (3) = (1) + (2)
	(1)	(2)	
Branços			
Homens	-2,319	1,527	-792
Mulheres	-1,157	827	-330
Pretos			
Homens	-267	1,527	1,260
Mulheres	-362	827	465
Pardos			
Homens	1,118	1,527	2,645
Mulheres	737	827	1,564
Amarelos			
Homens	-58	1,527	1,469
Mulheres	-45	827	782

Fonte: dados básicos: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

* Pessoas com 10 ou mais anos de idade em 1990.

** Pressupôs-se que não houve imigração internacional. Neste caso, o saldo migratório internacional corresponde ao total de emigrantes internacionais. O total de emigrantes internacionais do país seria de 1.527 mil homens e 827 mil mulheres.

*** Valores estimados na Tabela 1. Correspondem aos ganhos via transferências entre categorias de cor e migrações internacionais.

**** Os emigrantes internacionais do país seriam, todos, ou brancos ou pretos ou pardos ou amarelos.

Para facilitar o entendimento da Tabela 2, tomem-se os casos dos homens brancos, das mulheres pardas e dos homens pretos. A categoria homens brancos teve uma perda líquida ("saldo migratório") de 2.319 mil indivíduos no decênio. Se a ela pertencessem todos os 1.527 mil indivíduos que o país teria perdido através das migrações internacionais, a perda líquida da categoria seria composta de 1.527 mil emigrantes internacionais e 792 mil indivíduos que teriam passado para outra categoria de cor.

Em 1990 havia, no Brasil, um mínimo de 737 mil mulheres pardas que, em 1980, tinham declarado outra categoria de cor. Esse número corresponde ao saldo final dos fluxos de duas naturezas: transferência entre categorias de cor e migrações internacionais. Supondo-se que todas as mulheres emigrantes do país (827 mil) fossem pardas, isso significaria que teria havido no decênio uma transferência líquida, positiva, das outras categorias para a parda de 1.564 mil mulheres. Em 1990,

737 mil se encontrariam no Brasil e 827 mil, no exterior.

Comparadas a população masculina total preta, enumerada em 1980, com aquela de dez ou mais anos de idade em 1990, concluiu-se que faltavam, em 1990, 267 mil pessoas. Se todos os homens emigrantes internacionais do decênio fossem pretos (1.527 mil), isso significaria que, na década, esta categoria teria ganho 1.260 mil pessoas, por transferência de cor (-1.527 mil + 1.260 mil = -267 mil).

É importante observar que o número máximo possível de emigrantes internacionais em uma categoria não é compatível com o das demais categorias. Assim, por exemplo, se o máximo referente aos homens brancos (1.527 mil) tiver, de fato, se concretizado, significa que não houve emigrantes homens nas outras categorias.

Dadas as características socioeconômicas dos emigrantes brasileiros dos anos 80^o, basicamente componentes das classes médias, pode-se supor que os

^o Sobre os emigrantes brasileiros para os Estados Unidos, Japão e Paraguai, veja, entre outros: Sales e Reis (1999), Sales (1998), Padovani (1980), Margolius (1994) e Patarra (1995 e 1996).

emigrantes internacionais pretos corresponderam a números pouco significativos. Por outro lado, na década de 90 o Brasil recebeu alguns milhares de exilados de Moçambique e Angola, majoritariamente de cor preta. Pode-se considerar como um pressuposto robusto que toda a perda líquida (“saldo migratório”) de pessoas pretas entre 1980 e 1990 se deveu à transferência para outras categorias de cor, isto é, 267 mil homens e 362 mil mulheres, visto que a imigração internacional que de fato ocorreu teria, seguramente, mais do que compensado a pequena emigração internacional dessa categoria.

Pode-se supor, também, que toda a perda da população amarela, isto é, 58 mil homens e 45 mil mulheres, tenha sido devida à emigração internacional. Além de uma grande auto-identificação étnica, que torna improvável qualquer transferência de e para esta categoria de cor, houve nos anos 80 significativo fluxo de descendentes japoneses para o Japão, os conhecidos *dekasseguis*⁹. Basicamente, a categoria amarela não teria tido

transferências de e para outras categorias de cor e, conseqüentemente, as perdas do grupo amarelo teriam sido devidas à emigração internacional. Aceito este pressuposto, isto significa que o máximo possível de emigrantes brancos ou pardos do sexo masculino passaria para 1.469 mil e, entre as mulheres emigrantes brancas ou pardas, para 782 mil pessoas. O conseqüente saldo correspondente, por transferência de cor, passaria para -850 mil, entre os homens brancos, e para -375 mil, entre as mulheres brancas, se apenas amarelos e brancos tivessem emigrado para o exterior, e para 2.587 mil entre os homens pardos e 1.519 mil entre as mulheres pardas se a emigração internacional tivesse se limitado aos amarelos e pardos.

Aceitos os dois pressupostos (não-emigração internacional de pretos, apenas transferência de cor; e não-transferência de cor dos amarelos, apenas emigração internacional)¹⁰ só poderia ser composto por brancos e/ou pardos (Tabela 3).

TABELA 3

Brasil: Cenário de transferências líquidas de cor*, entre 1980 e 1990, por sexo e categoria de cor, correspondentes aos valores máximos possíveis de emigrantes internacionais, supondo-se que toda a perda entre os amarelos se deveu à migração internacional e, entre os pretos, à transferência de cor (em milhares)**

Cor/Sexo	Ganho líquido*** (1)	Máximo possível de emigrantes internacionais (2)	Conseqüente transferência de cor (3) = (1) + (2)
Branco			
Homens	-2.319	1.469****	-850
Mulheres	-1.157	782****	-375
Pretos			
Homens	-267	-	-267*****
Mulheres	-362	-	-362*****
Pardos			
Homens	1.118	1.469****	2.587
Mulheres	737	782****	1.519
Amarelos			
Homens	-58	58*****	0
Mulheres	-45	45*****	0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

* Pessoas com 10 ou mais anos de idade em 1990.

** Pressupôs-se que não houve imigração internacional. Neste caso, o saldo migratório internacional corresponde ao total de emigrantes internacionais. O total de emigrantes internacionais do país seria de 1.527 mil homens e 827 mil mulheres.

*** Valores estimados na Tabela 1. Correspondem aos ganhos via transferências entre categorias de cor e migrações internacionais.

**** Os emigrantes internacionais não-amarelos do país seriam, todos, ou brancos ou pardos.

***** Pressupostos: a perda líquida dos amarelos deveu-se integralmente à migração internacional, e a dos pretos, à transferência de cor.

⁹ A hipótese de que os amarelos teriam emigrado é fortemente amparada pelas estatísticas que mostram o movimento de saída de brasileiros para o Japão. Oliveira *et al.* (1996) indicam uma saída de quase 100 mil brasileiros para o Japão entre 1980 e 1990, fato que coloca este país como um dos dez principais países de destino de naturais que deixaram o Brasil na década de 80.

¹⁰ Migração internacional composta por brancos e/ou pardos (milhares): homens: 1.527 - 58 = 1.469; mulheres: 827 - 45 = 782.

Aceitos todos os pressupostos¹¹, pode-se estimar qual teria sido a *transferência líquida mínima* de cor na categoria brancos e na categoria pardos, compatível com a estimativa de ganho (perda) líquido (“saldos migratórios”). Como o ganho líquido tanto dos homens quanto das mulheres brancas foi negativo, a *transferência líquida mínima de cor* corresponde à hipótese de que a emigração internacional do decênio 1980/1990, após excluídos os amarelos, tenha se constituído apenas de brancos e de brancas. No caso dos pardos, como o ganho líquido foi posi-

tivo, em cada sexo, a *transferência mínima de cor* corresponde à hipótese de não ter havido, no decênio, emigrantes internacionais entre eles. Os resultados deste exercício mostram que, entre homens brancos, a transferência mínima de cor teria sido de 850 mil indivíduos, ao passo que entre as mulheres brancas o volume alcançaria 375 mil (Tabela 4). Por outro lado, a categoria de homens pardos teria recebido, durante o período em análise, o mínimo de 1,12 milhão de indivíduos, e entre as mulheres pardas o ganho teria sido de, no mínimo, 737 mil.

TABELA 4

Brasil: Transferências líquidas mínimas de cor nas categorias de brancos e pardos*, pressupondo-se que todo o ganho (perda) líquido se deveu, entre os amarelos, à migração internacional e, entre os pretos, à transferência de cor (em milhares)**

Cor/Sexo	Ganho líquido*** (1)	Emigrantes internacionais (2)		Transferência mínima de cor (3) = (1) + (2)
		Máximo possível	Mínimo possível	
Branços				
Homens	-2.319	1.469	-	-850
Mulheres	-1.157	782	-	-375
Pardos				
Homens	1.118	-	0	1.118
Mulheres	737	-	0	737

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

* Pessoas com 10 ou mais anos de idade em 1990.

** Pressupôs-se que não houve imigração internacional.

*** Valores estimados na Tabela 1.

TABELA 5

Brasil: Transferências líquidas entre as categorias de cor branca, parda e preta, entre 1980 e 1990, por sexo (em milhares)*

Cor/Sexo	População esperada** 1990 (2)	Transferência líquida (1)	Taxa líquida de transferência (%) (3) = (1) / (2)
Branços			
Homens	28.593	-850***	-3,0***
Mulheres	30.678	-375***	-1,2***
Pretos			
Homens	3.254	-267	-8,2
Mulheres	3.264	-362	-11,1
Pardos			
Homens	21.693	1.118***	5,2***
Mulheres	21.805	737***	3,4***

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

* Pessoas com 10 ou mais anos de idade em 1990.

** População esperada, se não houvesse ocorrido transferência entre as categorias de cor entre 1980 e 1990, mas, apenas no caso dos brancos, emigração internacional.

*** Perda mínima (brancos) e ganho mínimo (pardos).

¹¹ No período 1980/1990, no Brasil: (a) não teria havido imigrantes internacionais; (b) não teria havido transferência de cor de e para a categoria amarela, apenas emigração internacional; (c) a perda líquida da categoria preta teria sido devida totalmente à transferência de e para outras categorias de cor.

A Tabela 5 apresenta as estimativas finais de transferência líquida ou de saldo de transferência (ST) de cor, entre 1980 e 1990, nas categorias pretos, brancos e pardos. Para os dois últimos grupos, como visto acima, as estimativas correspondem às transferências mínimas. Também são apresentadas as respectivas taxas líquidas de transferência (TLT).

Em Wood e Carvalho (1994), as TLT, por categoria de cor, do período 1950/80 tinham como denominador a população fechada esperada em 1980. Como no período 1950/80 se podia trabalhar com o pressuposto de população fechada do país como um todo, a TLT correspondia, em termos relativos, ao acréscimo, se positiva, ou decréscimo, se negativa, na população ao final do período de uma determinada categoria de cor, causado pelas transferências, nos dois sentidos, entre essa categoria e as demais durante o período analisado. Exemplificando, uma TLT de 2% significaria que aquela categoria, em 1980, era 2% maior, devido às transferências líquidas de cor entre 1950 e 1980. Por outro lado, uma taxa de -2% significaria que a categoria, devido às transferências entre 1950 e 1980, era, em 1980, 2% menor¹².

Como no período 1980/90, conforme foi visto, não se pode adotar o pressuposto de população fechada, para efeitos de comparação com o trabalho citado e, também, para se poder interpretar com precisão os resultados há de se excluir da população fechada, no denominador, a perda líquida devida às migrações internacionais, em cada categoria de cor, quando nela houver saldo migratório internacional negativo¹³. Conseqüentemente, a TLT da categoria de cor j , do período 1980/90, quando houver saldo migratório internacional negativo, será:

$$(4) \quad TLT_j^{80/90} = \frac{ST_j^{80/90}}{\bar{P}_j^{90} + SMI_j^{80/90}}$$

onde:

\bar{P}_j^{90} = população fechada, em 1990, da categoria de cor j (pressuposto de inexistência de fluxos internacionais e de transferências entre categorias de cor);

$ST_j^{80/90}$ = saldo das transferências de cor, da categoria j , entre 1980 e 1990;

$SMI_j^{80/90}$ = saldo migratório internacional (negativo), no período 1980/90, na categoria de cor j .

O denominador ($\bar{P}_j^{90} + SMI_j^{80/90}$) da equação 4 corresponde à população esperada em 1990, se não tivesse havido, no decênio 1980/1990, reclassificação de cor, apenas perda devida à migração internacional.

Os dados da coluna “transferência líquida” da Tabela 5 foram obtidos, como discutido, mediante o pressuposto de que apenas os brancos e amarelos foram responsáveis por toda a perda de população brasileira nos anos 80, através das migrações internacionais, o que explica por que as perdas estimadas dos brancos e os ganhos estimados dos pardos, por meio de reclassificação de cor, se referem a valores mínimos. Como resultado daquele pressuposto, ao se aplicar a fórmula da TLT, equação 4, o SMI (negativo) dos brancos refere-se à estimativa máxima e o dos pardos, à estimativa mínima¹⁴. Conseqüentemente, as TLT da Tabela 5 referem-se às taxas mínimas para as categorias branca e parda.

Wood e Carvalho (1994) apresentam as taxas de reclassificação para o período 1950/80, sem desagregação por decênio. Foi necessário estimar a taxa média decenal do período para que as mesmas

¹² Isto significa que, se não tivesse havido transferências de e para cada uma das categorias de cor do exemplo, entre 1950 e 1980, a primeira teria, em 1980, $\frac{2}{100+2} \times 100 = 1,96\%$ menos indivíduos, e a segunda, $\frac{2}{100-2} \times 100 = 2,04\%$ de pessoas a mais.

¹³ No caso de haver saldo migratório positivo, o contingente devido às migrações internacionais não estará incluído na estimativa de população fechada ao final do período. Conseqüentemente, o denominador da equação 4 seria constituído apenas da população fechada ao final do período, isto é, \bar{P}_j^{90} .

¹⁴ Pressuposto de SMI nulo dos pardos.

podessem ser comparáveis com as encontradas no presente trabalho.

A relação entre a taxa líquida de transferência de um período de 30 anos e a taxa média dos decênios que o compõem é dada por:

$$(5) \quad TLT_t = 3 \cdot \overline{TLT}_d + 3 \cdot \overline{TLT}_d^2 + \overline{TLT}_d^3$$

onde:

TLT_t = taxa líquida de transferência de 30 anos;

\overline{TLT}_d = taxa média de transferência decenal.

A equação 5 foi obtida considerando-se que cada taxa decenal possui, como numerador, o saldo de transferências e, como denominador, a população esperada, ambos ao final de cada decênio. Para uma detalhada prova matemática ver o Anexo ao final do artigo.

A equação tem três soluções para cada categoria de cor, duas imaginárias e apenas uma real. Os resultados reais são apresentados na Tabela 6, juntamente com as taxas líquidas da década 1980/90, estimadas neste trabalho.

Apesar de se ter trabalhado com vários pressupostos para se obter as estimativas, principalmente as dos anos 80, e a despeito de as taxas de transferência de brancos e

pardos se referirem a valores mínimos no período 1980/90, as estimativas estão a apontar para o arrefecimento das transferências entre as categorias de cor entre as décadas de 50, 60 e 70 e a década de 80. Este fato pode ser visto como positivo, na medida em que reflete, provavelmente, uma maior estabilidade da auto-identificação da cor ao longo do tempo. Vale destacar que a única exceção ficou por conta do movimento líquido entre os homens da categoria branca, para os quais a intensidade de transferências teria se mantido ao longo das últimas quatro décadas. Entre as mulheres brancas, a TLT teria passado de -2,1% para -1,2%, o que corresponderia a uma redução na proporção de mulheres que teriam mudado sua declaração de branca para outras categorias de cor no Censo de 1991. Cumpre ainda frisar que, apesar de as transferências líquidas da categoria preta se terem reduzido, estas ainda se mostrariam como as maiores, proporcionalmente, perante as demais categorias. Por último, dadas as menores perdas líquidas de pretos e brancos, o ganho líquido dos pardos teria passado, entre os homens, de 10,9% para 5,2% (queda de 53%) e, entre as mulheres, de 9,4% para 3,4% (queda de 64%).

TABELA 6
Brasil: Taxas líquidas de transferências entre as categorias de cor branca, parda e preta, para os períodos 1950/60, 1960/70, 1970/80 e 1980/90, por sexo (%)

Cor/Sexo	Taxa líquida de transferência 1950/80	Taxa líquida de transferência decenal média (1950/60; 1960/70; 1970/80)	Taxa líquida de transferência (1980/90)
Brancos			
Homens	-8,6	-3,0	-3,0
Mulheres	-6,1	-2,1	-1,2
Pretos			
Homens	-38,0	-14,7	-8,2
Mulheres	-39,0	-15,2	-11,1
Pardos			
Homens	36,4	10,9	5,2
Mulheres	30,8	9,4	3,4

Fonte: Para 1950/1980, Wood e Carvalho (1994).

Conclusões

O presente artigo apresenta uma inovadora metodologia para analisar a transferência de cor entre os censos, incorporando os saldos da migração internacional. O método aqui proposto é uma extensão do método apresentado por Wood e Carvalho (1994). Os dados relativos à década de 80 foram utilizados para testar a validade do método, e ficou demonstrada a relevância de se incorporar os saldos migratórios quando a população não pode ser considerada fechada.

Os resultados referentes à década de 80 confirmam aqueles apontados por Wood e Carvalho (1994) e mostram que, no Brasil, tem-se verificado um processo de crescimento da população que se autodeclara parda muito acima de seu crescimento vegetativo. Como já levantado naquele trabalho, isto pode decorrer de uma redução do estigma associado ao ser pardo, como também pode ter havido uma redução da mobilidade ascendente dos pardos e/ou uma aceleração da mobilidade descendente de pessoas que se definiam como brancas e que teriam passado a se definir como pardas. Por outro lado, vê-se mais uma vez uma certa rejeição à denominação preta entre os brasileiros. Um dos motivos pelos quais a população preta poderia estar se reclassificando como parda seria a mobilidade social ascendente durante os anos 80 de parte dos indivíduos que em 1980 se classificaram como pretos. Entretanto, é importante destacar que parece estar

havendo um movimento no sentido de menores perdas líquidas de pretos e brancos. Como conseqüência, a categoria parda parece estar recebendo proporcionalmente menos indivíduos que nas décadas passadas. Mais especificamente, os resultados aqui apresentados mostram um arrefecimento na tendência de se mover entre categorias de cor na década de 80. Será que isto significa que nesta última década o movimento entre os grupos raciais, principalmente entre pardos e pretos, teria se revertido? De fato, é possível que, durante a década de 1990, o movimento negro tenha sido responsável por uma valorização da cultura negra e pela redução no estigma de ser preto.

A validade do uso das categorias de cor para se analisar a mobilidade social dos diversos grupos depende claramente de sua estabilidade ao longo do tempo. Parece claro que ainda não há uma perfeita estabilidade na classificação de cor ao longo dos anos pela população brasileira. Nesse sentido, os estudos longitudinais sobre mobilidade e sobre desigualdade social no Brasil que usam os dados censitários sobre cor como variável de controle poderiam estar sendo afetados por um viés de seletividade. Portanto, a análise sistemática das transferências entre grupos de cor no Brasil mostra-se de extrema relevância e o método aqui proposto avança no sentido de incorporar os fluxos migratórios internacionais, os quais, se não considerados na análise, podem levar a conclusões equivocadas sobre a mobilidade dos diversos grupos raciais.

Referências bibliográficas

BARROS, R.P., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. A estabilidade do inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-47.

CARVALHO, J.A.M. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N. (coord.). **Migrações internacionais no Brasil**: herança XX,

agenda XXI. Campinas: FNUAP, 1996 (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, vol. 2). p. 227-238.

CARVALHO, J.A.M. e PINHEIRO, S.M.G. **Fecundidade e mortalidade no Brasil: 1970/80**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1986. 151p. (Série Relatórios de Pesquisa).

CARVALHO, J.A.M. e RIGOTTI, J.I.R. Os dados censitários brasileiros sobre

migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 15, n. 2, 1999.

HASENBALG, C.A. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, P.M. (ed.). **Race, class, and power in Brazil**. Los Angeles: UCLA, Center for Afro-American Studies, 1985.

HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, IPEA, n. 807, 2001. 49p.

MARGOLIS, M. **Little Brazil**: imigrantes brasileiros em Nova Iorque. Campinas: Papyrus, 1994.

MITCHELL, M.J. e WOOD, C.H. Ironies of citizenship: skin color, police brutality, and the challenge to democracy in Brazil. **Social Forces**, vol. 77, issue 3, 1999. p. 1.001-1.020.

OLIVEIRA, A.T.R. et al. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N. (coord.). **Migrações internacionais no Brasil**: herança XX, agenda XXI. Campinas: FNUAP, 1996 (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, vol. 2). p. 239-257.

PADOVANI, L. Brasileiros no Paraguai. In: Centro de Estudos Migratórios. **Migrantes: êxodo forçado**. São Paulo: Paulinas, 1980.

PATARRA, N.L. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP, 1995 (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, vol. 1).

_____. **Migrações internacionais no Brasil**: herança XX, agenda XXI. Campinas: FNUAP, 1996 (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, vol. 2).

PENHA-LOPEZ, V. What next? On race and assimilation in the United States and Brazil. **Journal of Black Studies**, vol. 26, issue 6, 1996. p. 809-826.

PETRUCCELLI, J.L. **A cor denominada**: estudo das informações do suplemento da

PME, Julho/98. Rio de Janeiro: IBGE, mimeo, 2000.

RIGOTTI, J.I.R. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese de doutorado, Cedeplar/UFMG, 1999.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1998.

SALES, T. e REIS, R.R. (orgs.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SASAKI, E.M. Os *dekasseguis* retornados. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 13, n. 1, 1996. p. 99-100.

SCHWARTZMAN, S. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 55, 1999. p. 83-96.

SILVA, N.V. Situação social da população negra. In: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (orgs.). **Pobreza e mobilidade social**. São Paulo: Nobel, 1993. p. 175-198.

SKIDMORE, T.E. Toward a comparative analysis of race relations since abolition in Brazil and United States. **Journal of Latin American Studies**, vol. 4, issue 1, 1972. p. 1-28.

_____. Fact and myth: discovering a racial problem in Brazil. **Working Paper Series #173**, Kellogg Institute for International Studies, 1992. 23p.

TELLES, E.E. Residential segregation by skin color in Brazil. **American Sociological Review**, vol. 57, issue 2, 1992. p. 186-197.

_____. Racial ambiguity among the Brazilian population. **Ethnic and Racial Studies**, vol. 25, n. 3, 2002. p. 415-441.

TELLES E.E. e LIM, N. Does it matter who answers the race question: racial classification and income inequality in Brazil. **Demography**, vol. 35, issue 4, 1998. p. 465-474.

WOOD, C.H. e CARVALHO, J.A.M. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 11, n.1, 1994.

Anexo

A equação 5 é obtida por meio da seguinte dedução, no campo das migrações internas:

$$SM_t = SM_1 \bullet RS_2 \bullet RS_3 + SM_2 \bullet RS_3 + SM_3 \quad (1)$$

$$\bar{P}_t \bullet TLM_t = \bar{P}_1 \bullet TLM_1 \bullet RS_2 \bullet RS_3 + \bar{P}_2 \bullet TLM_2 \bullet RS_3 + \bar{P}_3 \bullet TLM_3 \quad (2)$$

$$\begin{aligned} \bar{P}_t \bullet TLM_t = & P_{0,ob} \bullet RS_1 \bullet RS_2 \bullet RS_3 \bullet TLM_1 + P_{0,ob} \bullet \\ & \bullet RS_1(1+TLM_1) \bullet RS_2 \bullet RS_3 \bullet TLM_2 + P_{0,ob} \bullet \\ & \bullet RS_1(1+TLM_1) \bullet RS_2(1+TLM_2) \bullet RS_3 \bullet TLM_3 \end{aligned} \quad (3)$$

$$\bar{P}_t \bullet TLM_t = P_{0,ob} \bullet RS_1 \bullet RS_2 \bullet RS_3 \bullet [TLM_1 + (1+TLM_1) \bullet TLM_2 + (1+TLM_1) \bullet (1+TLM_2) \bullet TLM_3] \quad (4)$$

Como $\bar{P}_t = P_{0,ob} \bullet RS_1 \bullet RS_2 \bullet RS_3$, pode-se simplificar (4) de modo que:

$$TLM_t = TLM_1 + TLM_2 + TLM_3 + TLM_1 \bullet TLM_2 + TLM_1 \bullet TLM_3 + TLM_2 \bullet TLM_3 \quad (5)$$

Fazendo-se o pressuposto de que a TLM de cada um dos três subperíodos seja a mesma, isto é, $TLM_1 = TLM_2 = TLM_3 = \overline{TLM}_d$ (taxa líquida média decenal), tem-se que:

$$TLM_t = 3 \bullet \overline{TLM}_d + 3 \bullet \overline{TLM}_d^2 + \overline{TLM}_d^3 \quad (6),$$

onde:

\bar{P}_t é a população fechada esperada, ao final do período de 30 anos;

TLM_t é a taxa líquida de migração ao final

de 30 anos (taxa líquida, como quociente entre o saldo migratório e a população fechada ao final do período);

TLM_1, TLM_2, TLM_3 são as taxas líquidas ao final do 1º, 2º e 3º decênios, respectivamente;

$\bar{P}_1, \bar{P}_2, \bar{P}_3$ correspondem à população esperada (fechada) ao final de cada decênio; a população "observada" no início de cada decênio mantém-se fechada até seu término;

RS_1, RS_2, RS_3 são as razões de sobrevivência no 1º, 2º e 3º decênios, respectivamente;

$P_{0,ob}$ é a população observada no início do período (1950).

Há de se observar que a fórmula (1), inicial, descreve a relação entre o saldo migratório de um período e os saldos migratórios dos três subperíodos de igual amplitude que o compõem. A fórmula (6) estima a TLM média, por subperíodo, quando o período é subdividido em três subperíodos de igual amplitude. Ademais, $\bar{P}_1 \neq \bar{P}_3$, pois \bar{P}_1 corresponde à população fechada ao final do período de 30 anos, a partir da população observada no início do período, e \bar{P}_3 , à população fechada ao final do terceiro decênio, a partir da população "observada" no início do decênio.

Abstract

Notes on the categories of skin color in the censuses and on the subjective classification of color in Brazil: 1980/1990

The use of race or skin color as categories of analysis makes sense only if the concept is stable over time. However, it seems clear that there is no such stability in the classification of color from one Brazilian census to the next. This paper presents an original methodology to analyze transfers in categories of skin color in Brazilian censuses. The method proposed is an extension of that developed by Wood and Carvalho (1994), and incorporates the existence of international migration in the analysis. Data from the 1980s were used to test the method, since emigration during that decade was far from insignificant. This methodology allows one to analyze separately the effects of international migration and of migration among colors in Brazil. The results for the 1980s confirm those described by Wood and Carvalho for previous decades and indicate that, during the 1980s, there was an increase in those who declared themselves to be "pardo" (brown, or mixed), considerably higher than might be expected from their natural growth rate. However, there seems to be a movement toward lower net losses of those who declared themselves "black" or "white" during this same period. The importance of considering migratory movements is also shown, when the population cannot be considered closed.

Key words: Transfers; Color; Census; Brazil.

Recebido para publicação em 06/01/2003.